

Reflexões sobre a Governança da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Claire Gomes dos Santos³²
Rosinha Machado Carrion³³

Resumo

Contrapõem-se neste ensaio duas amplas abordagens sobre desenvolvimento; uma pautada pelo viés econômico, pela ideia de progresso e pela universalidade normativa, e outra traduzindo uma intenção normativa, embora contra-hegemônica, com relação ao discurso dominante sobre desenvolvimento, sendo pautada pela contextualidade local, histórica, cultural e territorial. Tende-se a acreditar que, mais do que resistirem ou pactuarem com as ONGs ou com as organizações intergovernamentais do Norte, as organizações da sociedade civil e as ONGs do Sul condescendam às estratégias das primeiras. Por esta razão é interessante identificar a maneira como estas organizações respondem ao processo de governança no seio da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Governança; Cooperação Internacional; Desenvolvimento.

Resumen

Se contraponen en este ensayo dos grandes enfoques para el desarrollo; uno conducido por un punto de vista económico, la idea de progreso y la universalidad normativa, y otro que refleja una intención normativa, aunque contra-hegemónica en relación con el discurso dominante sobre el desarrollo, guiándose por la contextualidad local, histórica, cultural y territorial. Se tiende a creer que, en lugar de resistir o hacer los arreglos con las organizaciones no gubernamentales o con las organizaciones intergubernamentales del Norte, las organizaciones de la sociedad civil y las ONG del Sur tienden a aceptar las políticas de la primera. Por tanto, es interesante identificar cómo estas organizaciones responden al proceso de gobernanza en la cooperación internacional para el desarrollo.

Palabras-clave: Gobernanza; Cooperación Internacional; Desarrollo.

Introdução

O termo desenvolvimento, por si só, expressa um desafio intelectual por conta de sua polissemia. Sua significação mostra-se controversa visto que as diversas escolas e diferentes autores que se ocupam em pensar sobre o tema visam, em geral, a estabelecer e a firmar o que consideram ser os parâmetros necessários para que se possa reconhecê-lo a partir de um ponto de vista teórico-ideológico específico. O mesmo ocorre com relação às concepções de ‘cooperação internacional’ e ‘governança’, ambas trabalhadas neste ensaio.

Este ensaio apresenta como propósito um exercício teórico de reflexão sobre a questão da governança da cooperação internacional para o desenvolvimento. Dessa forma, a participação do terceiro setor diante dos desafios contemporâneos, inerentes às relações internacionais como um todo, se faz presente neste trabalho, assim como o papel desempenhado pelo Brasil com relação à cooperação internacional mais contemporaneamente. Merecem destaque, ainda, a discussão

32 Economista, Mestre em Administração e Doutoranda em Administração (PPGA/UFRGS). clairegs@ig.com.br

33 Doutora em Administração (PPGA/UFRGS) com formação em Sociologie Clinique na Université de Paris VII (Jussieu-Sorbonne). Professora Associada do PPGA/UFRGS. rsmcarrion@ea.ufrgs.br

envolvendo as estratégias relacionais entre organizações não-governamentais, organizações da sociedade civil e organizações intergovernamentais, todas envolvidas com a cooperação internacional para o desenvolvimento (DAUVIN, 2004; MILANI; SOLINÍS, 2002; NAVARRO-FLORES, 2007).

Nessa procura por melhor expressar o que venha a configurar um processo de ‘desenvolvimento’, encontram-se tanto posições teóricas que dialogam entre si, quanto outras que se contrapõem por discordâncias teóricas ou por incompatibilidade epistemológica, autores que não acreditam (ESTEVA, 2007) e autores que negam a viabilidade (FURTADO, 1974) do processo de desenvolvimento tal como ele se apresenta em sua forma dominante, com o predomínio da esfera econômica sobre todas as demais (SANTOS; RODRÍGUES, 2002).

Contrapõem-se aqui duas grandes linhas de pensamento sobre desenvolvimento, tendo por pano de fundo uma contraposição ideológica. A primeira é intitulada ‘perspectiva hegemônica de desenvolvimento’. Mostra-se pautada pelo viés econômico, pela ideia de progresso, pelo otimismo que isto implica e pela universalidade normativa. Já a segunda é intitulada ‘perspectiva alternativa de desenvolvimento’. Traduz uma intenção normativa, embora contra-hegemônica, com relação ao discurso dominante sobre desenvolvimento, sendo pautada pela contextualidade local, histórica, cultural e territorial, propondo, sobretudo, o que Santos (2009) trabalha sob a denominação de ‘ecologia de saberes’.

Ao longo do texto serão abordados concepções e propósitos da cooperação internacional para o desenvolvimento, seus antecedentes históricos e questões atuais, os variados papéis do Brasil neste contexto, diferentes facetas do desenvolvimento, origens e atores envolvidos na governança da cooperação internacional para o desenvolvimento, além de uma proposta de reflexão final sobre as formas relacionais entre os atores do Norte e do Sul envolvidos com a cooperação internacional. Por fim, seguem algumas considerações finais.

Concepções e propósitos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Cooperação não sustenta um conceito único e indiscutível na literatura que trata sobre o tema. Isso porque, como bem explica Lima (2007), há uma ausência de definições inequívocas decorrente da vastidão conceitual ou teórica com que se abordam diferentes agentes e agências de cooperação, governamentais ou não-governamentais, seus objetivos e pressupostos, entre outros elementos.

De acordo com Sánchez (2002), cooperação teria como propósitos assegurar a paz e promover desenvolvimento e justiça, mantendo, dessa forma, uma ordem social e política legítima. A cooperação internacional estaria fundamentada em ações que governos e organizações da

sociedade civil de países distintos planejam e executam, objetivando fomentar um progresso mais equilibrado e justo no mundo. Pode-se ainda fazer uma distinção entre *cooperação* e *ajuda oficial*. Esta última se caracterizaria por ser um tipo de cooperação que se mantém, substancialmente, com recursos públicos dos países do Norte³⁴ (embora esta tendência esteja sofrendo mudanças já há uma década, considera-se aqui a noção habitual de cooperação em que os países do Norte seriam os promotores da cooperação, enquanto os países do Sul seriam os recebedores de ajuda ou o objetivo final da cooperação). Já para Afonso e Fernandes (2005), *ajuda oficial* ou *ajuda humanitária* serviria para responder às situações de emergência, não sendo entendida como um expediente que auxilie no desenvolvimento de longo prazo. Pode envolver o salvamento de vidas e a distribuição de bens de primeira necessidade, contribuindo para reduzir o sofrimento no curto prazo daqueles que foram atingidos por catástrofes, quer seja de origem humana ou natural. Atualmente, a complexidade e o prolongamento das emergências tenderiam a provocar mais ações em termos de prevenção de novas crises, reabilitação, reconstrução e desenvolvimento, de forma que novos conflitos possam vir a ser evitados. Em razão destas mudanças, *ajuda humanitária* e *ajuda para o desenvolvimento* passaram a ser confundidas em algumas situações.

Segundo Sánchez (2002), a melhoria das condições de vida dos que constituem o público-alvo da cooperação, usualmente ocorreria mediante a introdução de mudanças econômicas, políticas e sociais relacionadas, entre outras coisas, com o fomento dos direitos humanos, a consolidação da democracia e o estímulo de valores e atitudes a favor da paz e da solidariedade. Todas estas recomendações relacionadas à cooperação somente seriam possíveis em razão da existência de uma ampla rede de organizações nacionais e internacionais de natureza pública, bem como de natureza privada (tendo como origem a sociedade civil), rede esta que integraria o que se conhece por *sistema de cooperação internacional*. Já para Amorim (1994), um dos principais pressupostos da cooperação internacional seria a ideia de alteridade, isto é, de respeito de um Estado pelos demais Estados, oportunizando que cada um possa traçar seus próprios objetivos, no que se deposita a ideia de independência e soberania. De acordo com o autor, subjacente a este equilíbrio de poder, a intenção que se apresenta privilegiaria antes a manutenção de uma determinada ordem mundial do que propriamente a paz.

Para fins da reflexão teórico-conceitual apresentada neste ensaio, cooperação internacional ainda pode ser considerada, por meio de dois enfoques diferenciados, entre *tradicional* e *moderno* (SÁNCHEZ, 2002). O enfoque *tradicional* costuma ser associado aos primórdios da cooperação, iniciada logo após a Segunda Guerra Mundial e tendo se estendido por todo o período da Guerra

34 Norte e Sul, no sentido atribuído neste ensaio teórico, referem-se de maneira metafórica, respectivamente, ao grupo de países entendidos como ‘desenvolvidos’ ou ricos, e ao grupo de países entendidos como ‘em desenvolvimento’, pobres ou politicamente periféricos, ou ainda “oprimidos pelas diferentes formas de dominação colonial e capitalista” (SANTOS, 2009, p. 13).

Fria (1945-1989). Seus objetivos e métodos de trabalho tendem a ser colocados pelo país que oferta os recursos financeiros, havendo um acordo marcado por interesses ligados a questões de segurança nacional no período da Guerra Fria. Já o enfoque entendido como *moderno* tem seu marco inicial após a Guerra Fria, momento em que as organizações civis começaram a despontar com maior vigor e a reivindicar mudanças na forma como até então se concebia a cooperação. Em outras palavras, passa-se a propor certa concertação entre doadores e receptores dos recursos envolvidos na cooperação de forma que todos possam trabalhar em conjunto ao projetar e executar um plano de ação (a chamada parceria). Dessa maneira, espera-se que ocorra a substituição (ao menos parcial, e não apenas no plano do discurso) da relação, anteriormente usual de dominação, por outra onde possam existir associação e compartilhamento de responsabilidades entre os atores envolvidos.

Para fins de diferenciação, é relevante salientar a motivação fundamental associada a cada um dos dois enfoques de cooperação acima apresentados. A base do modelo *tradicional* se encontra sobre a caridade³⁵, uma vez que a ajuda se daria por misericórdia e a cooperação ocorreria de forma a não questionar a origem das injustiças, nem em tentar alterar o *status quo*. Já o modelo *moderno* de cooperação teria seu fundamento sobre a promoção da justiça e buscaria transformar a realidade social. Diferentemente do enfoque tradicional, o enfoque moderno de cooperação dedicar-se-ia a problemas imediatos sem descuidar de suas causas, de forma que atuaria, neste contexto, de maneira a sustentar-se no tempo. O enfoque moderno de cooperação pressupõe, ainda, um modelo de desenvolvimento distinto daquele que se ajustaria à concepção tradicional de cooperação (SÁNCHEZ, 2002), sobre os quais discutiremos mais à frente.

Antecedentes históricos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Embora Lima (2007) afirme que a cooperação internacional tenha origens diversas, uma vez que sua natureza também seria múltipla (haja vista a existência de organizações de cunho religioso, não-governamental, governamental, etc., atuando com cooperação), uma versão prevalece a respeito de sua origem. Ayllón (2007) explica que o surgimento da cooperação internacional no quadro do sistema de relações internacionais teria sido posterior à Segunda Guerra Mundial e que não teria sido fruto (ao menos exclusivamente) de motivações éticas ou humanitárias. A preponderância de uma conjuntura geopolítica, determinada pela divisão bipolar do mundo, é que teria condicionado o nascimento deste tipo de cooperação. Após as duas grandes guerras do século XX, foram criadas instituições no sentido de se consolidar uma rede de cooperação entre os Estados e, posteriormente,

35 A caridade cristã e a filantropia têm suas raízes ancoradas em duas diferentes tradições, embora atuando de maneira semelhante. A caridade cristã visa mais à alma que ao corpo de quem é beneficiado, desconsiderando o homem como um sujeito social e histórico, mas apenas como ‘filho de Deus’, um ser universal. Já a filantropia faz apelo à razão, tendo nascido às vésperas da Revolução Francesa, pelas mãos de banqueiros, industriais e altos funcionários, com o sentido de remediar os danos causados pelo progresso da Revolução Industrial, então vigente (FREYSS, 2004, p. 743).

encontros nos quais grandes potências mundiais teriam se reunido. Contudo, os temas econômicos ganharam destaque no traçado institucional em decorrência das recorrentes crises ocorridas no período entre guerras, momento em que teria havido recessão, elevadas taxas de desemprego e restrições ao comércio. O Banco Mundial, por exemplo, teria nascido com fins de reconstrução. Somente em decorrência do esforço de líderes latino-americanos teria sido possível incluir entre os objetivos do banco também o desenvolvimento. Assim, conforme elucida Amorim (1994), só tardiamente (e de maneira incompleta) o desenvolvimento (prioridade dos países mais pobres) inscreve-se como desafio aos projetos de cooperação, juntamente com a manutenção da ordem e da paz.

Com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e sua produção intelectual decorrente, o processo de descolonização dos países africanos e asiáticos (novos estados independentes, aos quais seria atribuído o *status* de subdesenvolvidos) e o nascimento de focos de tensão em países periféricos como Indochina (região que compreendia os atuais Vietnã, Laos e Camboja), Argélia, Cuba e Congo, a questão do desenvolvimento passa a se destacar, apontando para uma realidade onde vigorava um sistema de relações internacionais desigual, o que suscitaria uma discussão a respeito das causas do ‘subdesenvolvimento’ destes países. Para bem exemplificar a discussão sobre o tema no âmbito da América Latina, Amorim (1994) relembra um ensaio de 1949 em que o economista argentino Raúl Prebisch teria retratado a impossibilidade da América Latina (e de países periféricos em geral) de alavancar seu próprio progresso e, conseqüentemente, de tomar para si os resultados deste processo.

Até a década de 1980, a ajuda internacional era vista como um fator desencadeador de desenvolvimento (Afonso; Fernandes, 2005). Ao contextualizar as relações internacionais no período pós-Guerra Fria, Halliday (2007) apresenta da seguinte maneira um panorama que retrata o final dos anos 1980 e início dos anos 1990:

(...) um sistema hegemônico e a sua correspondente distribuição de poder desmoronaram. O mapa dos Estados foi redesenhado e cerca de 20 novos Estados soberanos foram criados. Um grau de incerteza sem paralelos desde a década de 1930 prevaleceu na arena internacional. (HALLIDAY, 2007, p. 231).

Nos anos 1990, a preocupação teria se direcionado ao ambiente político e estrutural dos Estados porque se entendeu que, sem uma adequação neste sentido, recursos poderiam ser desperdiçados em projetos que não visavam ao longo prazo. Os recursos provenientes da ajuda internacional começariam, então, a ceder lugar de maneira a privilegiar os fluxos de capital privado. Isto porque a responsabilidade pelo processo de desenvolvimento dos países passaria a ser internalizada pelos mesmos por conta da forte influência da ideologia neoliberal dominante a partir deste momento (HALLIDAY, 2007).

A partir desta visão sobre o período, duas perguntas sobre as condições futuras das relações internacionais ainda demandavam por respostas. A primeira delas questionava se o fim da Guerra Fria marcaria, também, o fim da rivalidade militar entre os grandes poderes no mundo como um todo (ao menos pelo período de uma geração); a segunda, se haveria o surgimento de uma nova figura representada por outro conjunto de blocos interestatais de poder, estabelecendo, assim, uma nova hegemonia (HALLIDAY, 2007).

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento na atualidade

Ainda na década de 1990, a ajuda teria começado a ser destinada com maior intensidade a melhorias de infraestruturas e serviços sociais de base, como saúde, educação, saneamento, entre outros (setores onde o mercado não exerceria influência), no sentido de assegurar um investimento que tivesse em vista o desenvolvimento no longo prazo. Na segunda metade dos anos 1990 teria havido uma forte transição de economias anteriormente planejadas para economias de mercado. Além disso, a crise financeira asiática, em 1997, e o desencadeamento de outras crises na América Latina e na Rússia teriam provocado a inversão das tendências de longo prazo de redução da pobreza, fazendo com que esta temática reaparecesse como o principal objetivo da ajuda para o desenvolvimento (AFONSO; FERNANDES, 2005).

O papel do Estado e do mercado, juntamente com o debate sobre as instituições para a aceleração do processo de desenvolvimento (suas regras e seus procedimentos), passa a representar uma questão central, dadas as circunstâncias. A atribuição dos papéis de regulação e de Estado-providência veio responder quanto à forma com que o Estado deveria se portar. Ao mesmo tempo, passou-se a compreender e a debater sobre a possibilidade de a cooperação, ao transferir recursos e tecnologias para localidades receptoras de ajuda, transportasse valores e elementos culturais (explícita ou implicitamente), podendo alterar, em alguma medida, as realidades socioculturais destas regiões mais vulneráveis (AFONSO; FERNANDES, 2005).

A sociedade, então, viria a enfrentar a rigidez das instituições na tentativa de concretizar novos processos de desenvolvimento, principalmente em muitos países periféricos, nos quais as instituições ainda se caracterizariam por certas disfunções burocráticas, refletindo graus variados de autoritarismo e falta de transparência nas relações com a sociedade. Salienta-se o caráter de flexibilidade que deveria estar necessariamente atrelado às instituições, haja vista que aquelas que tiveram papel relevante no passado, não necessariamente terão papel de destaque no futuro. Nesse sentido, torna-se imprescindível pensar a construção de novas formas de articulação entre as esferas governamentais, da sociedade civil e dos agentes produtivos com o intuito de se buscar uma maior adequação deste conjunto aos processos de desenvolvimento de cada sociedade (ARNS et al., n.d.).

Conforme Arns *et al.* (n.d., p. 8),

(...) no atual momento do desenvolvimento da humanidade, os territórios e instituições estão sendo testados em sua capacidade de adaptação e parece ter se reduzido o espaço para estruturas de dominação através do paternalismo/clientelismo, abrindo espaço para novas formas menos hierárquicas, mais críticas, flexíveis e autônomas. O estágio evoluído da autonomia é alcançado através da intensificação da solidariedade, da cooperação, da confiança, da comunicação, da participação, e da co-responsabilidade.

As instituições passam a se constituir a partir de processos resultantes de consensos, de projetos coletivos e de ações cooperadas. Esta concertação é esperada para que cumpra com o compromisso da articulação no âmbito institucional, tão necessária para a administração de conflitos e para a integração de ações de apoio ao desenvolvimento (ARNS *et al.*, n.d.). No entanto, para além das fronteiras teóricas, é necessário afirmar que a divisão entre os diferentes enfoques de cooperação não é muito clara. Isto porque, na prática, o enfoque tradicional ainda tem prevalecido sobre o moderno (haja vista a indubitável dominação política, presente mesmo nas ações de parceria entre os países, como salientado por Navarro-Flores, 2007), embora exista uma tendência crescente de rompimento com alguns valores do passado. A evolução da cooperação internacional aponta, por exemplo, para uma crescente cooperação entre os países em desenvolvimento, abandonando relações verticais por relações horizontais (a chamada cooperação Sul-Sul) desde a década de 1990 (MRE, 2008).

Embora exacerbada nos tempos atuais, o alcance de algumas características da globalização (como a divisão centro-periferia e o cumprimento dos princípios de livre-mercado e dos regramentos acordados pelo Consenso de Washington³⁶) é passível de crítica (CAMPOS, 2005; SANTOS, 2005). Para Sánchez (2002), por exemplo, o enfoque moderno de cooperação faz crer, ao menos em parte, num modelo de desenvolvimento distinto do que se ajusta ao enfoque tradicional de cooperação. O autor tece algumas conclusões que tenderiam a complexificar as concepções que se tem hoje sobre cooperação para o desenvolvimento, governança, terceiro setor e a relação entre estas noções. Como exemplo, o autor acredita não haver razão para se afirmar que a globalização constitua um fenômeno global. Isto porque, paradoxalmente, o processo por meio do qual ela ocorre seria muito seletivo: por conta de ter eleito como prediletos os campos financeiro e especulativo, além do produtivo e comercial, limitar-se-ia a conectar, umas às outras, as zonas geográficas mais dinâmicas do mundo, provocando, assim, uma maior e mais profunda marginalização das demais regiões, principalmente as pobres e excluídas (MILANI, 1999; MILANI; SOLINÍS, 2002;

36 Conjunto de regramentos calcados no paradigma neoliberal que garantiu a sustentação de políticas visando à sustentação da agenda pró-mercado e do Estado mínimo na esfera internacional ao longo dos anos 1990. Resumidamente, seu receituário baseava-se na livre atuação do mercado, no predomínio da abertura para o comércio internacional, no ajuste das contas públicas, na redução dos gastos com políticas sociais, nas privatizações, entre outros (CAMPOS, 2005, p. 8).

SÁNCHEZ, 2002).

Santos (2009) apresenta uma discussão em torno da globalização que complementa o posicionamento de Sánchez (2002), uma vez que traz a ideia de que existam tipos contextuais de globalização. Afinal, os princípios de livre-mercado e os regramentos do Consenso de Washington não povoam (ao menos ainda) todas as relações de todos os grupos sociais em escala global, embora representem a ideologia dominante ou o pensamento hegemônico atual. O estágio atual da forma de globalização dominante não estaria a ajudar, de forma alguma, os países do Sul, muito menos a alcançar o ‘desenvolvimento’. Somente por meio de uma concepção de globalização democrática (no sentido mais amplo da palavra, ao possibilitar e promover espaços de discussão, com liberdade política plena) e plural (ao reconhecer conhecimentos e saberes relegados a um segundo plano pelos cânones do pensamento dominante, ao que Santos (2009) intitula uma ‘ecologia de saberes’) haverá eco para uma perspectiva alternativa de desenvolvimento, como a que será discutida adiante.

O Brasil e seus diferentes papéis na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Atualmente, há uma pluralidade no que diz respeito às formas com que vêm ocorrendo ações de cooperação internacional envolvendo o Brasil (MRE, 2008). Se por um lado há muitas articulações identificadas como *parcerias* (seja em termos de financiamento ou de intercâmbios de técnicas, de conhecimentos, de pessoas qualificadas etc.), por outro lado também é possível encontrar no território brasileiro (bem como em todo o mundo) muitas iniciativas de *ajuda internacional* envolvendo organizações não-governamentais (ONGs), universidades, igrejas de diferentes credos, entre outros (LIMA, 2007). O que escapa ao modo de colaboração identificado mais contemporaneamente como de *parceria*, em que se propõe troca de experiências, conhecimentos e responsabilidades, embora estes intercâmbios não pressuponham, necessariamente, uma relação de poder mais igualitária na prática (NAVARRO-FLORES, 2007).

As relações internacionais do Brasil com o exterior já apresentam, há uma década, diversas tratativas bilaterais, e mesmo multilaterais, com países do Sul. A ampliação das relações horizontais do Brasil com o exterior ocorreria, segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) (MRE, 2008), por conta das oportunidades de troca de experiências num ambiente onde as nações partícipes compartilham realidades mais próximas, muitas vezes muito diversas daquelas dos países do Norte. Principalmente, em se tratando de compartilhar com outros países que ainda apresentem carência de instituições mais desenvolvidas (instituições nacionais tecnicamente capacitadas na área de administração pública, de planejamento, de ciência e tecnologia etc.) os frutos do apoio técnico e financeiro ocorrido no passado por parte de nações doadoras do Norte.

O Brasil teria sido beneficiado ainda na primeira fase da cooperação multinacional (por

volta de 1950), tendo resultado dessa iniciativa os alicerces de diversas instituições de destaque no cenário nacional por serem elementos de relevância crucial para a estruturação do país, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Com o passar dos anos, conforme salientado pela Agência Brasileira de Cooperação (MRE, 2008), o Brasil teria empreendido experiências de sucesso, dando continuidade a estas e a outras iniciativas de sucesso, o que o capacitaria para instigar o princípio deste mesmo processo em outros países.

Ademais, organismos internacionais, como Nações Unidas e Banco Mundial, estariam demandando a presença mais direta do país em situações como negociação de paz e outras associadas a regiões afetadas por guerras no mundo (como os casos do Timor Leste e do Haiti, por exemplo). De acordo com a ABC, essas demandas teriam surgido aos poucos, enquanto a própria política externa brasileira também sofria mudanças, passando da chamada ‘política de luta pelo poder’ (então prevalecente entre todas as nações) para uma ‘diplomacia da solidariedade’. Por essa última perspectiva, a cooperação internacional teria passado a ser considerada uma forma de estabelecer princípios de co-responsabilidade por meio da cooperação Sul-Sul ainda ao final da década de 1970.

Amorim (1994) destaca alguns pontos a serem considerados para que o Brasil, assim como outros países periféricos, possam se valer da cooperação internacional como forma de melhorar sua condição socioeconômica. Primeiramente, o autor acredita que a cooperação internacional não pode ser encarada como alternativa para o esforço interno, como fonte exclusiva ou principal de desenvolvimento. Isto porque essa escolha implicaria condenar-se à dependência e à submissão. Em segundo lugar, a cooperação só será verdadeiramente frutífera quando houver complementaridade real de interesses. Em terceiro lugar, a ampliação das ações cooperativas do terreno científico para o tecnológico envolve adaptações e ajustes no aparelho institucional que não estão totalmente resolvidos. E, por fim, o autor crê que a cooperação em ciência e tecnologia não deva ocorrer de forma isolada do conjunto das relações internacionais do país, havendo a necessidade de uma aliança de interesses visando o futuro.

Desenvolvimento e suas múltiplas faces

O termo desenvolvimento, por si só, expressa um desafio intelectual por conta de sua polissemia. Sua significação mostra-se controversa, visto que as diversas escolas e diferentes autores que se ocupam em pensar sobre o tema visam, em geral, a estabelecer e a firmar o que consideram ser os parâmetros necessários para que se possa reconhecê-lo a partir de um ponto de vista teórico específico. Nessa procura por melhor expressar o que venha a configurar um processo

de desenvolvimento, encontram-se tanto posições teóricas que dialogam entre si, quanto outras que se contrapõem por discordâncias teóricas ou por incompatibilidade epistemológica, autores que não acreditam (ESTEVA, 2007) e autores que negam a viabilidade do processo de desenvolvimento tal como ele se apresenta em sua forma dominante, com o predomínio da esfera econômica sobre todas as demais (FURTADO, 1974; SANTOS; RODRÍGUES, 2002).

Em suas origens, o termo desenvolvimento surge ao expressar uma orientação apresentada em termos de uma necessidade evolucionária (ROSTOW, 1974) e como uma lei natural a ser perseguida por todas as nações (a partir das experiências de países tidos como desenvolvidos), independentemente de sua posição geográfica no globo ou de seu processo histórico. A lógica racionalista, engendrada pelos avanços da ciência a partir do século XVIII, se associava ao poder da técnica para promover a evolução constante da humanidade, oferecendo conhecimento ilimitado sobre o mundo e orientando a formação desenvolvimentista naquele período (Campos, 2005), pautando-se por uma racionalidade de cunho ocidental e por uma pretensa neutralidade científica que ainda hoje buscam se furtar de quaisquer alternativas ao classificar todas as demais como “*primitivas, retrógradas, irracionais ou ingênuas*” (TUCKER, 1999, p. 2).

Consolidou-se a ideia racional de *certeza*, então possível em decorrência das novas capacidades de previsão descortinadas pela Ciência Moderna. Neste sentido, o desenvolvimento poderia ser entendido (de acordo com uma metáfora biológica) como um processo a partir do qual as potencialidades de um objeto ou organismo fossem libertadas para atingir sua expressão completa, entendida como algo natural. Entre os séculos XVIII e XIX, a compreensão do desenvolvimento biológico passou a ser percebida como uma transformação no sentido de uma forma mais *perfeita*. Dessa maneira, ‘evolução’ e ‘desenvolvimento’ seriam termos intercambiáveis pelos cientistas naquela ocasião, passando também a ser utilizados na esfera social no final do século XVIII (ESTEVA, 2007).

Como resultado da extensão da racionalidade científica para outras esferas da vida, a intervenção humana planejada pelos termos de pensadores liberais, como Walt Whitman Rostow, apontava para estágios específicos no tempo, necessários de serem alcançados como forma de escapar à ameaça soviética. De acordo com a teoria de Rostow (1974) sobre as cinco etapas do desenvolvimento, este se desenrolaria segundo cinco grandes fases: a sociedade tradicional (todo o mundo considerado pré-newtoniano), as condições prévias à decolagem (fase de transição, com a exploração dos frutos da ciência), a decolagem (grandes investimentos, principalmente na indústria), o progresso em direção à maturidade (extensão da tecnologia moderna para toda a economia, longo período de progresso continuado) e a era do consumo de massa (transferência de grandes investimentos para a produção de bens duráveis de consumo e serviços), a qual representaria o estágio máximo do capitalismo liberal, tendo como modelo o *American way of life*

(ROSTOW, 1974).

Diversas dimensões têm sido trabalhadas no sentido de trazer a discussão sobre o desenvolvimento para campos complementares das Ciências Sociais, enriquecendo o debate. Duas grandes linhas de desenvolvimento devem ser abordadas. A primeira, aqui identificada como ‘perspectiva hegemônica de desenvolvimento’, mostra-se pautada pelo viés econômico, pela ideia de progresso, pelo otimismo que isto implica e pela universalidade normativa. Já a outra linha, aqui identificada como ‘perspectiva alternativa de desenvolvimento’, traduz uma intenção normativa, embora contra-hegemônica, com relação ao discurso dominante sobre desenvolvimento, pois é pautada sobre práticas, atores e relações sociais, assim como pelo contexto local, exigindo um olhar particular sobre cada situação avaliada e respeitando questões históricas, culturais e territoriais (SANTOS, 2005, 2009; SANTOS; RODRIGUES, 2002). Ao defender o que chama de ‘ecologia de saberes’, Santos (2009, p. 9) tece argumentos em favor da ‘interculturalidade’, um conceito que traduz em boa parte as diferenças de percepção quanto a questões culturais e políticas:

Ao contrário do multiculturalismo – que pressupõe a existência de uma cultura dominante que aceita, tolera ou reconhece a existência de outras culturas no espaço cultural onde domina – a interculturalidade pressupõe o reconhecimento recíproco e a disponibilidade para enriquecimento mútuo entre várias culturas que partilham um dado espaço cultural.

A economia deveria ser percebida como uma esfera dependente da vida social, enfatizando a necessidade de discerni-la como uma fração elementar da sociedade, embora subordinada a imperativos não econômicos, como a igualdade e a cidadania. Dessa forma, o usufruto dos resultados do desenvolvimento seria, então, disseminado plenamente por entre todos os sujeitos partícipes da sociedade, particularmente entre os grupos marginalizados, privilegiando o desenvolvimento a partir da base (*bottom-up*) (SANTOS; RODRIGUES, 2002). Assim como Furtado (1974), entende-se que o processo de desenvolvimento como evolução estrutural do sistema capitalista não apresenta viabilidade. Para o referido autor, este processo constitui um mito na medida em que preconiza que os países em desenvolvimento deveriam perseguir uma sequência de fases historicamente determinadas (ROSTOW, 1974), com o intuito maior de alcançar o padrão de consumo dos países industrializados.

Governança da Cooperação Internacional e Desenvolvimento: origens e atores envolvidos

Enquanto cooperação internacional tem sido um assunto pouco explorado no campo de conhecimentos da Administração, o tema ‘governança’, entretanto, tem-se mostrado recorrente nos estudos da área (ARTURI; OLIVEIRA, 2002; CARRION; LOPES, 2004; MILANI; SOLINÍS, 2002). Arturi e Oliveira (2002), por exemplo, introduzem um conjunto de artigos em que o tema da

‘governança’ é apresentado por diferentes perspectivas, salientando a necessidade de uma ‘mundialização positiva’ por meio da formação de redes ao vincular organismos internacionais, governamentais, ONGs e o setor privado com o sentido de formar espaços privilegiados de discussão e pesquisa sobre o tema. Já Carrion e Lopes (2004), por sua vez, debruçam-se sobre as falhas de governança ocorridas num projeto que apresentava como pano de fundo uma central de comercialização de matéria-prima para o setor de reciclagem em Porto Alegre/RS, o qual envolveu tanto atores dos galpões de triagem quanto o poder público, ONGs e mesmo uma universidade em diversos conflitos. Por fim, Milani e Solinís (2002) são vistos com maior atenção na sequência do trabalho.

Segundo Herz e Hoffmann (2004), os atores institucionais habitualmente presentes no palco da cooperação internacional para o desenvolvimento seriam as organizações intergovernamentais (OIGs) (formadas por Estados e geralmente associadas ao hemisfério Norte) e as organizações não-governamentais (ONGs) (no contexto da cooperação internacional, geralmente associadas ao hemisfério Sul). As autoras salientam que a rede de organizações internacionais participa de um conjunto maior de instituições que garantem, de certa maneira, uma parcela da ‘governança global’ (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 18) por meio de normas, regras, leis, procedimentos para a resolução de disputas, ajuda humanitária, utilização da força militar, programas de assistência ao desenvolvimento e mecanismos para coletar informações entre outras práticas.

Milani e Solinís (2002) remontam à origem do termo ‘governança’, que seria marcado pela teoria das firmas e pela chamada *corporate governance*, ao fazer referência sobre o artigo de Ronald Coase de 1937, intitulado *The Nature of the Firm*. Segundo os autores, este artigo, somente retomado em sua importância na década de 1970 por Oliver Williamson, faria referência à descrição de protocolos para conduzir coordenações eficazes em dois sentidos: a) os protocolos internos, quando a firma desenvolve suas redes e questiona as hierarquias internas; e b) os contratos e as aplicações de normas, quando a firma se abre à terceirização (MILANI; SOLINÍS, 2002, p. 271). Em resumo, o artigo seria uma apologia ao uso da *governança* corporativa (em diferentes variações de contexto) no sentido de propor organizações em rede e globais em detrimento de organizações hierarquizadas e integradas verticalmente. Em 1975, época marcada pelo início da crise do Estado-providência, o tema da ‘governabilidade’ foi o centro das discussões em um relatório da chamada Comissão Trilateral (composta por representantes da Europa Ocidental, Japão e Estados Unidos), em que se chamava a atenção para a situação de aumento das demandas sociais e a falta de recursos do Estado, ao que se propunham tanto mudanças por parte das instituições, como a retração da máquina estatal, quanto por parte do comportamento dos cidadãos. Neste sentido, os atores não-estatais passariam a ganhar maior legitimidade no que tangia à promoção e à defesa do bem público, colocando por término a exclusividade do Estado no que dizia respeito a estas questões e

abrindo espaço para a discussão em torno de uma nova definição de espaço público, constituído de uma rede complexa de interesses e de interações (MILANI; SOLINÍS, 2002, p. 272).

No final da década de 1980, a dicotomia ‘má governança’ *versus* ‘boa governança’ teria ganhado espaço por meio do discurso do Banco Mundial. E em alguns dos relatórios dessa instituição na década de 1990, responsabilizariam os países em vias de desenvolvimento pela ‘má governança’ associada aos fracassos na implementação de programas de ajuste estrutural (PAS). Isto teria justificado a defesa de uma reforma nas administrações desses países no sentido de que estes pudessem responder às exigências associadas à eficácia e à rentabilidade financeira dos PAS (MILANI; SOLINÍS, 2002). Na literatura acadêmica, em geral, ‘governança’ tende a ser caracterizada como um processo complexo de tomada de decisão que anteciparia e ultrapassaria o governo, sendo que os aspectos mais evidenciados seriam associados:

(...) à legitimidade do espaço público em constituição; à repartição do poder entre aqueles que governam e aqueles que são governados; aos processos de negociação entre os atores sociais (os procedimentos e as práticas, a gestão das interações e das interdependências que desembocam ou não em sistemas alternativos de regulação, o estabelecimento de redes e os mecanismos de coordenação); e à descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar (MILANI; SOLINÍS, 2002, p. 273).

Por sua vez, relativamente à governança global, Herz e Hoffmann (2004) lembram que uma conceituação teria surgido no relatório da Comissão sobre Governança Global de 1995, por ocasião da comemoração dos cinquenta anos de fundação da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta comissão seria composta por um grupo independente de 28 líderes e pensadores de diversas partes do mundo, com responsabilidades e experiências diversas. A tarefa do grupo teria sido a de sugerir caminhos por meio dos quais a ‘comunidade global’ poderia melhor administrar os desafios comuns entre si com a chegada do novo milênio. Como resultado de seus dois anos e meio de trabalho, foi produzido um relatório em forma de livro intitulado *Nossa Comunidade Global*. Neste relatório, governança é definida como:

(...) a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível harmonizar interesses conflitantes ou diferentes, e realizar ações cooperativas (COMISSÃO, 1996, p. 2).

A governança global extrapola uma proposta de governo mundial, embora questões relativas à soberania dos Estados e à representatividade dos países e de seus governos na política internacional sempre participem do debate, chegando-se a questões relativas a uma possível sugestão de um ‘Estado mínimo’ e sobre as obrigações do Estado. A ênfase da governança global está na busca de valores comuns, de uma ética cívica global e de uma liderança inovadora para

guiar os povos e nações da intitulada ‘comunidade mundial’. Para tanto, oferece como propostas promover a segurança dos povos e do planeta, gerenciar a economia global, reformular a Organização das Nações Unidas (ONU) e garantir a aplicação das leis na esfera mundial, sendo que as medidas pretendidas não são garantidas por uma autoridade formal (HERZ; HOFFMANN, 2004). Ademais, desde o fim da bipolaridade característica da Guerra Fria, o cenário internacional apresentaria a necessidade de uma nova ordem mundial mais justa, sobretudo atualmente quando o que se percebe é a verticalização das hierarquias de poder, a disputa entre as nações, além de relações estratégicas e militares que aprofundam os conflitos internacionais agravados em parte pelas políticas neoliberais colocadas em prática sob a rubrica de instituições financeiras e comerciais internacionais (ARTURI; OLIVEIRA, 2002).

É controverso debater sobre as nuances ideológicas que gravitam em torno das concepções de desenvolvimento e de governança associadas à cooperação internacional. Isto porque a discussão aborda elementos que dizem respeito a seus pressupostos, assim como às condições (histórica, política, cultural etc.) em que se constrói a concepção de desenvolvimento subjacente às práticas de cooperação internacional. Neste sentido, segundo Milani e Solinís (2002), as análises críticas em torno do termo governança apontam, atualmente, para a relativização do intergovernamentalismo. Em outras palavras, haveria uma forte tendência a que as organizações intergovernamentais produzam problemas de monta ao falharem em oferecer respostas a problemas do cotidiano de cidadãos e por não adequarem projetos globais de cooperação internacional a realidades locais. Estas dificuldades acarretariam, por consequência, a ampliação de outras demandas por participação política na esfera não-governamental, assim como também a própria concepção de governanças híbridas, no sentido de se ignorar uma divisão maniqueísta entre o que venha a ser uma ‘boa’ ou ‘má’ governança. Isto é, sem que seja possível separarem-se claramente características devidas às origens de uma governança baseada nas firmas e no mercado, ou baseada no fortalecimento do Estado e na renovação das organizações intergovernamentais.

ONGs e OIGs do Norte, OSCs e ONGs do Sul: relação de parceria ou dependência?

É importante identificar a maneira como as organizações da sociedade civil (OSCs) e as ONGs do Sul respondem ao processo de governança no seio da cooperação internacional para o ‘desenvolvimento’ uma vez que se tem como ideia inicial que elas, mais do que resistirem ou pactuarem com as ONGs ou com as OIGs do Norte, condescendem às estratégias das últimas (DAUVIN, 2004; MILANI; SOLINÍS, 2002). Este juízo se deve ao processo de tomada de decisões nas ONGs e OIGs internacionais que, indubitavelmente, desenrola-se tendo como pano de fundo o poder hegemônico de certos Estados. Ora, considera-se aqui que a hegemonia não se faria

representar apenas em termos financeiros, materiais ou tecnológicos, mas também, e de forma inquestionável, no campo ideológico. Por outro lado, as OSCs e as ONGs do Sul, tendo em vista sua heterogeneidade crescente, não necessariamente compartilham os mesmos valores. A própria forma de legitimidade com que cada grupo se mantém em seu campo de atuação pode ser diferente. Com relação às associações locais, organizações e sindicatos (exemplos do que convencionalmente podemos intitular como ‘OSCs’), predomina a proximidade com o público atendido em razão dos objetivos que se propõem a realizar e por conta da eficácia na prestação de serviços sociais realizados, como, por exemplo: prestação de serviços básicos de urgência, projetos de desenvolvimento, organização das comunidades na identificação e avaliação das necessidades locais e apoio à política dos governos locais. Já as ONGs fazem valer seu objetivo de existência, ou pelos mesmos expedientes do que aqui convencionamos por chamar de OSCs, ou por meio de atividades de informação (pesquisa e denúncia), mobilização social, ação normativa (elaboração de normas e regulamentação) e ação operacional (gestão de projetos e responsabilidade na execução de políticas sociais) (MILANI; SOLINÍS, 2002, p. 283).

Relativamente à relação que se construiu entre as OSCs ou ONGs locais e as ONGs internacionais (sobretudo das do Norte) a partir da década de 1980, teria havido uma mudança significativa ao se evoluir de uma relação doadores-beneficiários para uma parceria fundamentada sobre objetivos comuns. Evolução esta que, no entanto, teria ocorrido de maneira bem mais intensa no plano da retórica. A capacidade de financiamento de projetos, particularmente em regiões de algum interesse por parte das ONGs internacionais, no entanto, continua a moderar todo o processo. Dessa forma, as ONGs ou as OIGs financiadoras terminam por definir as regras às quais as OSC e ONGs do Sul devem se submeter se desejarem participar dessa relação, ao que também se impõe uma necessidade de alinhamento a critérios de gestão (relativos à chamada ‘boa governança’) sob pena de exclusão (DAUVIN, 2004).

Navarro-Flores (2007), por sua vez, salienta que este paradoxo traduz, na verdade, um compromisso no qual os atores do Norte (as OIGs) e do Sul (as ONGs) negociam entre si os termos de sua relação de cooperação, levando em consideração as relações de poder desiguais que povoam este compromisso, tendo em vista que os atores envolvidos teriam aprendido, ao longo dos anos, a atuar de forma cooperativa neste contexto. Não se pode esquecer, contudo, que o universo das muitas ONGs existentes no Sul é bastante heterogêneo, abarcando tanto aquelas que já possuem certa experiência na relação com OIGs do Norte, quanto aquelas que sequer detêm mínimas condições financeiras e de gestão como um todo, sobrevivendo à custa de recursos públicos (MILANI; SOLINÍS, 2002).

No tocante à questão das ONGs do Sul tenderem a desempenhar um papel de agente reprodutor e disseminador da concepção de ‘desenvolvimento’ orientado pelas estratégias político-

ideológicas das OIGs do Norte, cabe discutir sobre a adequação de projetos de ‘desenvolvimento’ elaborados sob as pré-concepções do ‘Norte’, mas para serem implantados nas heterogêneas realidades do ‘Sul’ (DAUVIN, 2004). Segundo adverte Milando (2005), corre-se o risco de haver cooperação sem ‘desenvolvimento’ nesses casos, por conta da ocorrência de uma espécie de desenvolvimento não desejado por uma determinada população ou por conta de um desenvolvimento institucionalizado que provoque a circulação de recursos e de profissionais especializados sem que o resultado disso reverta para os beneficiários que motivaram a presença de uma ação de cooperação. Assim, a falta de atenção para com estes elementos pode vir a resultar, no extremo, em estatísticas falsas ou improváveis referentes ao ‘desenvolvimento’ no mundo. Além disso, muitos programas seriam colocados em marcha sem uma análise de longo prazo, tendo em vista muito mais o cumprimento de prazos, os limites orçamentários e os aspectos jurídicos do que o alcance dos propósitos de um determinado projeto (DAUVIN, 2004). Muitas vezes, algumas economias orçamentárias são realizadas com o intuito de fazer crer em uma gestão profissional do projeto (voltada para a eficiência e para a eficácia) (DAUVIN, 2004; FREYSS, 2004) e agradar a organização financiadora (com o intuito maior da ONG gestora local do projeto se qualificar para projetos futuros) quando, na verdade, algumas possíveis perdas de cunho qualitativo podem resultar sobre o projeto.

Retornemos, então, à discussão inicial neste trabalho em que se tratava da importância das especificidades locais, históricas, culturais, políticas e econômicas (SANTOS, 2005, 2009; SANTOSROD; RIGUES, 2002) como fonte de mútua disponibilidade para o enriquecimento das culturas que compartilham um dado espaço social. A *multiculturalidade*, como colocada por Santos (2009), remete a elementos que são caros a esta discussão na medida em que retoma algo fundamental: o posicionamento ideológico que, de um lado, impõe-se e, de outro lado, é aceito. Uma forma hegemônica de pensamento (a que o autor intitula *pensamento abissal*) relega toda e qualquer outra forma de pensamento à inexistência ou a uma posição subalterna. Fazendo referência ao pensamento moderno ocidental como um pensamento abissal (embora reconheça que devam existir ou ter existido outras formas de pensamento abissal fora do Ocidente), destaca a profunda capacidade de produzir dualidades (verdadeiro/falso; ciência/o ‘desconhecido’) e a impossibilidade da co-presença destas dualidades. A atitude neocolonialista (DAUVIN, 2004) possível de ser encontrada nas relações e nas interações políticas e culturais protagonizadas pelo Ocidente nos dias de hoje seria, claramente, o reflexo deste pensamento dito ‘abissal’. E, nesse caso de permanente tentativa de neocolonialismo, somente a luta por um pensamento *pós-abissal*, isto é, uma mudança de referencial ideológico, poderia prover condições que dessem fim às falsas dicotomias e ao desconhecimento imposto (SANTOS, 2009).

Considerações finais

Este ensaio teve como finalidade maior a proposição de um olhar crítico e teórico sobre a governança da cooperação internacional para o desenvolvimento. Justifica-se este interesse em razão da complexidade que cerca a temática, bem como por ser ainda um assunto pouco explorado pelo campo de conhecimentos da Administração.

As estratégias relacionais envolvendo, por um lado, a participação de OIGs e ONGs do Norte e, por outro lado, ONGs e OSCs do Sul apresentam circunstâncias muito particulares em razão dos atores envolvidos e de sua representatividade na cena internacional. Relações de parceria ou de dependência, ou mesmo de condescendência, são dependentes de muitos fatores, como o poder financeiro, material e tecnológico, sem nunca esquecer as questões ideológicas que cercam estes intercâmbios.

A diferenciação entre dois enfoques de desenvolvimento, assim como em duas principais visões da cooperação internacional, segundo Sánchez (2002), permitiu salientar o elemento ideológico que perpassa estas questões. A partir daí foi possível trazer uma visão alternativa e contra-hegemônica de desenvolvimento. Coube a Boaventura de Sousa Santos a maior parte do trabalho de analisar o horizonte e esmiuçar as mudanças que se apresentam já há certo tempo com respeito à globalização, exacerbada nos tempos atuais por conta de algumas de suas características, tais como a divisão centro-periferia, o cumprimento dos princípios de livre-mercado e dos regramentos acordados pelo Consenso de Washington. Boaventura, no entanto, traz a seus leitores a possibilidade de uma globalização contextualizada e de um desenvolvimento alternativo, o que vem enriquecer sobremaneira a forma de se enxergar o mundo, os atores e as relações entre todos.

Por fim, a governança da cooperação internacional, provavelmente, ainda irá gerar muitas controvérsias e discussões acadêmicas, pois termos com uma grande carga ideológica como ‘governança’, ‘desenvolvimento’ e ‘Estado’, entre outros, na maioria das vezes, não encontram substitutos à altura. Como sugestão para contribuições futuras, estudos envolvendo casos particulares de cooperação internacional voltada para o desenvolvimento, seriam de grande interesse do campo da Administração, uma vez que a governança da cooperação internacional é algo que recém começa a tomar forma em termos de estudos mais aprofundados fora das áreas de Relações Internacionais e do Direito Internacional.

Referências

AFONSO, Maria Manuela; FERNANDES, Ana Paula. **ABCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr/Oikos, 2005.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. Perspectivas da Cooperação Internacional. In MARCOVITCH, Jacques. (Org.). **Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, pp. 149-163.

ARNS, Paulo César; ZAPATA, Tânia; PARENTE, Sílvia; OSÓRIO, Carlos; BRITO, Maria do Socorro. **Desenvolvimento Institucional e Articulação de Parcerias para o Desenvolvimento Local**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/Desenvolvimento%20Local%20e%20Articulacao%20de%20Parcerias.doc>>. Acesso em 21 set. 2010.

ARTURI, Carlos; OLIVEIRA, Renato. Introdução. In MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos; SOLINÍS, Germán (Orgs.). In **Democracia e Governança Mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, pp. 266-291.

AYLLÓN, Bruno. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. In **Carta Internacional**, vol. 2, n. 2, pp. 32-47, out. 2007.

CAMPOS, Taiane Las Casas. Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais: uma introdução ao debate. In CAMPOS, Taiane Las Casas. **Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais**. Minas Gerais: PUC Minas, 2005, pp. 7-10.

CARRION, Rosinha da Silva Machado; LOPES, André de Oliveira. Desenvolvimento local e governança: o caso da central de comercialização de matéria-prima para o setor de reciclo em Porto Alegre. In CARVALHO NETO, Antonio; NEVES, Magda de Almeida; FERNANDES, Duval Magalhães (Orgs.). **Trabalho e Cidades**. Belo Horizonte: IRT/PUCMG, 2004, pp. 211-236.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa Comunidade Global**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DAUVIN, Pascal. Être un professionnel de l'humanitaire ou comment composer avec le cadre imposé. In **Tiers Monde**, vol. 45, n. 180, pp. 825-840, 2004.

ESTEVA, Gustavo. Development. In SACHS, Wolfgang. (Ed.). **The Development Dictionary: a guide to knowledge as power**. London: Zed Books, 2007, pp. 6-25.

FREYSS, Jean. La solidarité internationale, une profession? Ambivalence et ambiguïtés de la professionnalisation. **Tiers Monde**, vol. 45, n. 180, pp. 735-772, 2004.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Notas (Muito) Breves sobre a Cooperação Técnica Internacional para o Desenvolvimento. In SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (Orgs.). **Timor-Leste por Trás do Palco: Cooperação Internacional e a Dialética da Formação do Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, pp. 417-425.

MILANDO, João. **Cooperação sem Desenvolvimento**. Coleção Estudos e Investigações, n. 39. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MILANI, Carlos. La globalisation, les organisations internationales, le débat sur la gouvernance. In GEMDEV (ouvrage collectif). **Mondialisation: les mots et les choses**. Paris: Karthala, 1999.

MILANI, Carlos; SOLINÍS, Germán. Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. In MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos; SOLINÍS, Germán (Orgs.). **Democracia e Governança Mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, pp. 266-291.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **Brasil tem novo perfil nas relações internacionais**. Acesso em 08 abril de 2010. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/lerNoticia.asp?id_Noticia=451>.

NAVARRO-FLORES, Olga. **Les relations de partenariat Nord-Sud: du paradoxe au compromis - une approche institutionnaliste des relations entre ONG dans le secteur de la coopération internationale**. 2007. Tese (Doutorado em Sciences de la Gestion). École des Sciences de la Gestion - Université du Québec à Montreal, UQAM, Montreal, Canadá.

ROSTOW, Walt. Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não-comunista**. Zahar: Rio de Janeiro, 1974.

SÁNCHEZ, Erick Román. **Cooperación y Desarrollo: nueve preguntas sobre el tema**. Burgos (España): Amycos. Disponível em: <<http://www.ciberoamericana.unican.es/documentos/introcoopdes/Cooperación%20y%20desarrollo.%20Nueve%20preguntas%20sobre%20el%20tema.pdf>>. 2002. Acesso em: 08 abril 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra (Portugal): Almedina: CES, 2009, pp. 23-71).

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUES, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 23-77.

TUCKER, Vincent. The Myth of Development. a critique of a eurocentric discourse. In MUNCK, Ronaldo; O'HEARN, Denis (Eds.). **Critical Development Theory: contributions to a new paradigm**. London: Zed Books, 1999, pp. 1-26.